PROJETO DE RESOLUÇÃO N. _____, DE 2018.

(Do Sr. Augusto Carvalho)

Altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução n. 17, de 1989, para excluir a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da exceção à não cumulatividade de titularidade de Comissão Permanente prevista no art. 26, § 2º.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º. O § 2º do artigo 26 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.

.....

§ 2º Nenhum Deputado poderá fazer parte, como membro titular, de mais de uma Comissão Permanente, ressalvadas as Comissões de Legislação Participativa, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, de Cultura, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de Direitos Humanos e Minorias, do Esporte, de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Turismo, de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, de Defesa dos Direitos da Mulher e de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa”.

..... (NR)

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente resolução pretende retirar a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) do rol de comissões que

permitem o exercício cumulativo de seus membros titulares na condição de titular.

Essa retirada se faz necessária no sentido de possibilitar um maior protagonismo deste importante colegiado, que atualmente tem atravessado um esvaziamento de seus membros para participarem de outras comissões temáticas.

Nesse sentido, esta Comissão é a responsável por analisar temas da maior importância, como os que tratam de fauna, flora, recursos naturais renováveis e desenvolvimento sustentável. Vale lembrar que não só o Brasil como o mundo inteiro tem passado por diversas transformações onde os assuntos desenvolvimento sustentável e recursos naturais estão em grande evidência e discussão.

Dessa forma, rogo aos nobres pares que apoiem essa iniciativa.

Sala das Sessões, de de 2018.

Dep. AUGUSTO CARVALHO
Solidariedade/DF